

INTRODUÇÃO

Em 1947, é retirado do Tejo um automóvel com três ocupantes mortos: um casal e a filha de ambos. O suicídio colectivo não passaria de um *fait-divers* que o tempo se encarregaria de fazer esquecer se o homem, usando o pseudónimo de Luís de Montalvor, não tivesse publicado uns poemas influenciados por Mallarmé na revista *Orpheu* que revelou a geração de Fernando Pessoa, em 1915. Acrescente-se a isso o facto de Montalvor ter sido fundador da editora Ática onde a poesia de Pessoa e respectivos heterónimos começara a ser publicada em volume pela primeira vez, a título póstumo, sem grande sucesso editorial, de resto.

Não deixa de ser uma ironia do destino que tivesse morrido meio arruinado o primeiro editor de Fernando Pessoa em Portugal; embora sejam coisas destas que contribuem para o reforço de certas lendas e para perpetuar um mito da maldição dos poetas que, desde Camões — o épico quinhentista que morreu pobre e esquecido — até Bocage — o libertino discípulo de Rousseau que, por essa e outras razões, foi perseguido e preso — dá um tom romântico a muitas biografias.

É uma tentação compreensível que algumas visões globais da nossa cultura partam destes factos, como sucede com a leitura de Miguel de Unamuno que, impressionado pela quantidade de mortes voluntárias no último quartel do século XIX entre os nossos escritores, escrevia:

«O povo de Portugal é triste, mesmo quando sorri. A sua literatura, incluindo a cómica e a jocosa, é uma literatura triste. É de suicidas o povo de Portugal, talvez ele seja um povo suicida. Para ele a vida não tem sentido transcendente. Sim, talvez queira viver, mas para quê? Mais vale não viver.»

Fundamenta-se Unamuno na constatação de uma vaga de suicídios que toca escritores, artistas plásticos, intelectuais, como Camilo Castelo Branco, Antero de Quental, Soares dos Reis, Mouzinho de Albuquerque, Trindade Coelho... Lista a que se iria seguir o amigo e correspondente português de Unamuno, Manuel Laranjeira; e a que se poderia acrescentar Mário de Sá-Carneiro e Florbela Espanca.

No entanto, poderá inferir-se de tão impressionante lista que o suicídio é um factor genético na literatura portuguesa? É evidente que ele está associado a certas constantes do pensamento português, como as que decorrem dos temas da melancolia e da saudade, ou as que deram origem a um pessimismo endémico em várias gerações desde os «Vencidos da Vida» de 1890 até outras mais recentes. Mas a tragédia portuguesa nunca termina no desespero absoluto, a não ser em obras de excepção como o *Frei Luís de Sousa* do romântico Almeida Garrett ou o *Amor de Perdição* do ultra-romântico Camilo Castelo Branco. Eça de Queirós inventou a figura da ironia como a válvula de segurança que impede que o drama resvale para o beco sem saída do desespero; e, de um modo ou outro, mesmo em romancistas onde esse desespero faz

parte do sistema criativo, como é o caso de Vergílio Ferreira, esse brilho de um riso irónico e, muitas vezes, auto-irónico, corrige o negrume das tintas que o escritor utiliza.

Florbela Espanca deu a um dos seus livros um título, *As Máscaras do destino*, que responde a esta atitude perante a morte. O suicídio é, com efeito, uma das máscaras que o destino português tem utilizado na sua afirmação universal — e de que foi exemplo emblemático esse suicídio colectivo de rei e aristocracia em Alcácer-Quibir, que parece feito quase só com o fim de produzir a lenda do rei Sebastião, o desejado no inconsciente popular de vários séculos e circunstâncias da nossa História.

É, no entanto, compreensível que, de entre os objectos romanescos mais apaixonantes desde há um século, se conte a vida de Camilo Castelo Branco: *O Romance do Romancista* de Alberto Pimentel, *O Penitente* de Teixeira de Pascoaes, *O Romance de Camilo* de Aquilino Ribeiro, *Fanny Owen* de Agustina Bessa Luís — e esqueço, sem dúvida, alguns outros — são etapas obrigatórias para quem pretenda aprofundar o conhecimento do nosso maior novelista romântico. Mas uma visão objectiva da literatura tem de ultrapassar essa pequena história e deter-se, antes, na descrição de outros factores menos particulares.

Porém, tal como o clima e a paisagem portuguesas oferecem variações bruscas e inesperadas, também essa impressão mórbida pode dar origem, rapidamente, a imagens mais luminosas, como essa que Valéry Larbaud descreve na sua *Lettre de Lisbonne*, e que é um excelente contraponto a Unamuno:

«La gaîté portugaise est une légende; mais la politesse des mœurs portugaises, la douceur des mœurs portugaises, sont

une réalité. Le Portugal est un pays où on est heureux, où je crois que nous pourrions vivre agréablement.»

Essa doçura de viver que Larbaud aponta também a encontramos retratada na literatura portuguesa, mesmo nas épocas — e foram muitas, ao longo da história — em que a pátria foi um «lugar de exílio», na expressão de Manuel Alegre, para o escritor, quando não o condenou mesmo à condição de exilado (vejam-se as «vidas paralelas» de Camões e Jorge de Sena).

Mas uma visão objectiva da literatura deve ir além da pequena história e privilegiar outros factores menos particulares.

Não é um acaso que este percurso se inicie com a geração de 70. Ela assinala um momento de fundação, quer no aspecto literário quer ideológico. Estes marcos, que têm sempre algo de artificial, oferecem por outro lado a comodidade de serem bem visíveis para quem se inicie na caminhada, impedindo a passagem por desvios ou atalhos nos quais o viajante facilmente se perderá se não tiver uma referência sólida.

Admito, como é evidente, a subjectividade de algumas escolhas e, sobretudo, do ponto de vista; mas não era uma seca enumeração de nomes e datas que se pedia. Assim, desvio-me quando isso é oportuno desses lugares mais conhecidos para outros que o são menos ou, até, que muitas vezes não têm merecido a atenção devida, como é o caso de Manuel Laranjeira cujo destino não contribuiu pouco para influenciar a já referida opinião de Unamuno.

A literatura, como o resto, tende a seguir o movimento geral das coisas. Excepto, talvez, num ponto: a dominante poética que, seguindo a secular tradição portuguesa, continua a marcar uma diferença portuguesa e a justificar a afirmação de Jacinto do Prado Coelho de que «Portugal partilha com a

Espanha o sentimento estranho de estar na Europa não sendo Europa». José Saramago, n' *A Jangada de Pedra*, não deixa de seguir esta opinião, ao colocar os dois países ibéricos no mesmo destino atlântico, marcado pela fronteira natural dos Pirenéus para lá da qual o mundo é outro.

É evidente que estas visões partilham de um elemento mítico, que não coincide necessariamente com a realidade. Tivemos épocas muito altas na criação poética: a Idade Média, o século XVI, os séculos XIX e XX; mas isso não impede que o romance, tardiamente surgido em Portugal com o romantismo, não tenha vindo a ganhar uma dimensão importante, embora poetas como Camões ou Fernando Pessoa ainda se mantenham como as nossas referências essenciais a que, é justo dizê-lo, se veio acrescentar a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, o marginal — e genial — cronista dos Descobrimentos. Pessimista, Jorge de Sena exagerou ao dizer: «Não temos tradições de alta cultura: tivemos sempre grandes homens que se tinham enganado no lugar em que nasceram.» A adversidade do lugar foi, muitas vezes, um obstáculo ao progresso dessa cultura; mas não impediu a obra de Camões, como não impediu que Pessoa tivesse realizado, na obscuridade de um escritório da Baixa de Lisboa, a sua grande Obra.

Há um tema que, hoje, não é possível evitar quando se fala de literatura ou cultura portuguesas: Fernando Pessoa. Por ele passam todas as opiniões e, muitas vezes, todo o conhecimento que se tem sobre a nossa literatura — no estrangeiro e, até, em Portugal (apesar de Pessoa ter, no índice de popularidade, dois sérios rivais: Luís de Camões e Eça de Queirós). É claro que Pessoa é muito, além de ter sido decisivo na afirmação desta literatura no mundo; mas não nos esqueçamos de que não foi fácil a sua penetração no gosto deste século. Um dos nossos maiores romancistas, Aquilino Ribeiro, prati-